
CARTA DOS ITENERÁRIOS CULTURAIS

Elaborada pelo Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC)ⁱ do ICOMOS, ratificada pela 16^a Assembleia Geral do ICOMOS, em 4 de Outubro de 2008, no Québec, Canadá

Tradução para português:

Ana Paula Amendoeira

(Delegada Nacional ao CIIC-ICOMOS e Secretária da Assembleia Geral do ICOMOS-Portugal)

Este texto foi desenvolvido a partir dos textos originais do ICOMOS em inglês, francês e castelhano.

Preâmbulo

Fruto do desenvolvimento das ciências da conservação do património, o conceito de Itinerário Cultural evidencia a evolução das ideias relativas ao conceito de património cultural, do papel crescente dos valores atribuídos ao meio e à sua significação à escala territorial e revela a sua macro estrutura a diferentes níveis. Esta categoria apresenta o modelo de uma nova moral da conservação que considera os valores culturais como um património comum, aberto, para lá das fronteiras e exigindo esforços unificados. Respeitando o valor inerente a cada um dos seus elementos, o Itinerário Cultural enriquece a mensagem espiritual do passado de todos os que o compõem como peças pertencentes a um conjunto que reforça o seu sentido. Ilustra igualmente a concepção contemporânea dos valores do património para a sociedade, enquanto recurso para um desenvolvimento social e económico durável.

Esta noção alargada do património sugere novas abordagens de tratamento no interior de um contexto muito mais amplo, afim de explicar e de salvaguardar as relações significativas directamente associadas ao seu meio cultural e histórico, assim como ao seu ambiente natural ou criado pelo homem. Neste contexto, o conceito de Itinerário Cultural é inovador, complexo e multidimensional. Ele introduz e representa uma contribuição qualitativa para a noção do património e a sua conservação.

Os Itinerários Culturais representam processos evolutivos, interactivos e dinâmicos das relações humanas interculturais, realçando a rica diversidade das contribuições dos diferentes povos para o património cultural.

Apesar de serem o resultado de confrontos históricos ou de encontros pacíficos entre os povos, hoje os Itinerários Culturais apresentam uma pluralidade de dimensões partilhadas que para lá da sua função primitiva, oferecem um quadro privilegiado para construir uma cultura de paz inspirada não só em emelos comuns, mas também no espírito da tolerância, no respeito e na estima da diversidade cultural das diferentes comunidades humanas que contribuíram para a sua existência.

A consideração dos Itinerários Culturais como nova categoria patrimonial harmoniza-se com outras categorias consagradas e reconhecidas. Reconhece-as e valoriza-as, enriquecendo o seu significado num quadro integrador, multidisciplinar e partilhado. Não se confunde tão pouco com outras categorias e tipos de bens (monumentos, cidades, paisagens culturais, património industrial, etc) que possam existir no seu seio. Religa-os no seio de um sistema unido e coloca-os em relação, numa perspectiva científica que fornece uma visão plural, mais completa e justa da história. Favorece não só a compreensão e a comunicação entre os povos, mas também a cooperação para a conservação do património.

O conceito de Itinerário Cultural revela-nos o conteúdo patrimonial do fenómeno específico de mobilidade e de trocas humanas que se desenvolveu através das vias de comunicação que facilitaram a sua expansão e que foram utilizadas ou deliberadamente postas ao serviço dum objectivo concreto e determinado. Pode tratar-se de um caminho que foi traçado expressamente para atingir esse fim ou de uma via que utilizou, inteiramente ou em parte, caminhos já existentes e que serviram diversos fins. Mas, além da sua função como via de comunicação ou de transporte, a sua existência e o seu sentido enquanto Itinerário Cultural propriamente dito explica-se unicamente pela sua utilização histórica com um fim concreto e determinado e por ter favorecido a criação dos elementos patrimoniais associados a esse fim e que, sendo o resultado da sua própria e singular dinâmica, refletem a existência de influências recíprocas entre grupos culturais diversos durante um longo período da história.

Portanto, os Itinerários Culturais não são simples vias históricas de comunicação que possuem elementos patrimoniais ou que servem como ligação entre si, mas fenómenos históricos singulares que não podem ser criados com a imaginação ou a vontade de estabelecer conjuntos de bens através de uma associação de elementos com características comuns.

Por vezes, os Itinerários Culturais surgiram como um projecto traçado *a priori* pela vontade humana que contou com um poder suficiente para atingir um fim determinado (por exemplo, o Caminho dos Incas ou as Estradas do Império Romano). Outras vezes, são o resultado dum longo processo evolutivo no qual intervêm de forma colectiva diferentes factores humanos que coincidem e se dirigem para um mesmo fim (caso do Caminho de Santiago, das rotas das caravanas comerciais de África ou da Rota da Seda). Nos dois casos, trata-se de processos surgidos deliberadamente da vontade humana para conseguir um objectivo específico.

Dada a riqueza e a variedade que podem oferecer as relações mútuas assim como os diferentes elementos directamente associados à razão de ser dos Itinerários Culturais (como os monumentos, sítios arqueológicos, cidades históricas, arquitectura vernacular, património intangível, industrial e tecnológico, obras públicas, paisagens culturais e naturais, meios de transporte, saber fazer e aplicação das técnicas tradicionais específicas, etc) o seu estudo e tratamento exigem uma abordagem pluridisciplinar capaz de ilustrar e renovar as hipóteses científicas e de permitir o crescimento dos conhecimentos históricos, culturais, técnicos e artísticos.

Objectivos da Carta:

- . Estabelecer os fundamentos conceptuais e a metodologia de investigação próprios da categoria “Itinerário Cultural” relativamente às outras categorias de bens anteriormente estudadas e reconhecidas.
- . Apresentar os mecanismos fundamentais para desenvolver o conhecimento, a valorização, a protecção, a conservação e a gestão dos Itinerários Culturais.
- . Definir as orientações, os princípios e os critérios principais para uma correcta utilização dos Itinerários Culturais enquanto recurso para um desenvolvimento social e económico durável, respeitando a sua autenticidade e integridade, a sua conservação e o seu sentido histórico.
- . Fixar as bases da cooperação internacional indispensável à realização dos projectos de investigação, salvaguarda, conservação e desenvolvimento relativos aos Itinerários Culturais, assim como as orientações relativas ao estabelecimento dos mecanismos para o financiamento dos projectos.

Definição

Um Itinerário Cultural é uma via de comunicação terrestre, aquática, mista ou outra, determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias, ao serviço dum objectivo concreto e determinado. O Itinerário Cultural deve também reunir as seguintes condições:

- a) ser o resultado e o reflexo de movimentos interactivos de pessoas e de trocas pluridimensionais contínuos e recíprocos dos bens, das ideias, dos conhecimentos e dos valores sobre os períodos significativos entre povos, países, regiões ou continentes;
- b) ter gerado uma fecundação mútua, no espaço e no tempo, das culturas implicadas, que se manifeste tanto no seu património tangível como intangível.
- c) Ter integrado, num sistema dinâmico, as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência.

Elementos definidores: contexto, conteúdo, valor de conjunto partilhado, carácter dinâmico e envolvente dos Itinerários Culturais



1. **Contexto:** Os Itinerários Culturais inscrevem-se num contexto natural e/ou cultural, no qual incidem, contribuindo para a sua caracterização e enriquecimento com novas dimensões, no quadro de um processo interactivo.
2. **Conteúdo:** Devem apoiar-se necessariamente sobre os elementos patrimoniais tangíveis que constituem os testemunhos e a confirmação física da sua existência. Os elementos intangíveis dão ao conjunto dos elementos concretos, um sentido e uma significação.

1.O elemento físico indispensável que determina a existência de um Itinerário Cultural é a via de comunicação em si, como instrumento material ao serviço de um projecto desenhado ou resultante de actividade humana para cumprir um objectivo específico.

2.Outros elementos substantivos são as manifestações patrimoniais tangíveis relativas à sua funcionalidade enquanto rota histórica – tais como paragens, fronteiras, armazéns, albergues, pontos de descanso, hospitais, mercados, portos, construções defensivas, pontes, meios de comunicação e de transporte, estabelecimentos industriais, mineiros ou de outra natureza, como os ligados à produção e ao comércio, reflectindo as aplicações e os avanços técnicos, científicos e sociais das suas diferentes épocas, centros urbanos, paisagens culturais, lugares devocionais, lugares culturais e sagrados, etc – assim como elementos culturais intangíveis que testemunham o processo de comunicação e diálogo entre os povos residentes ao longo dos seus percursos.

3. Valor de conjunto partilhado: O conceito de Itinerário Cultural refere-se a um conjunto de valor superior à soma dos elementos que o constituem e que lhe dão sentido.

1. Um Itinerário Cultural constitui um bem cultural enriquecido por diversas culturas às quais se acrescentou um valor de conjunto, apresentando uma série substancial de características e de escalas de valores partilhados.

2. No quadro da sua identidade global, o valor dos seus conteúdos reside no seu interesse comum, plural e participativo.

3. A sua transcendência de escala permite um elo cultural entre os povos, os países, as regiões e os continentes.

4. Esta amplitude é importante do ponto de vista territorial e do tratamento integral dos diversos elementos patrimoniais que o compõem, mas por sua vez, a diversidade das culturas que ele representa constitui uma alternativa aos processos de homogeneização cultural.

4 .Carácter dinâmico: Para além de se afirmar através de um traçado histórico de carácter físico e de elementos patrimoniais, os Itinerários Culturais implicam um

factor de dinamismo que age como um fio conductor através do qual agiram as influências culturais recíprocas.

1 A dinâmica da rota não responde às leis naturais ou a fenómenos fortuitos, mas ao processo e aos interesses propriamente humanos, por consequência compreensíveis apenas enquanto fenómenos culturais.

2 Junto dos bens patrimoniais de carácter material ou tangível, este fluxo vital da cultura manifesta-se no espírito e nas tradições que constituem o património intangível dos Itinerários Culturais

3. Através dos Itinerários Culturais entendidos como elementos dinâmicos da comunicação cultural entre os povos, o património pode ser considerado na sua autêntica dimensão espacial e histórica, o que contribui para a conservação integral e durável do conjunto.

5. Meio: O Itinerário Cultural está estreitamente ligado ao seu meio, do qual faz parte integrante.

1. O meio geográfico contribuiu para a elaboração do traçado do Itinerário Cultural, condicionando-o e influenciando-o ao longo do tempo.

2. O meio territorial, quer seja natural ou cultural (urbano ou rural), enquadra o Itinerário Cultural, confere-lhe um ambiente particular, caracterizado pelos elementos e os valores de natureza física e imaterial, e é fundamental para a sua compreensão, a sua conservação e o seu usufruto.

3 Um Itinerário Cultural conecta e interrelaciona a geografia e os bens patrimoniais mais diversos, para formar um todo unitário. Os Itinerários Culturais e os seu meio incluem várias paisagens naturais ou culturais que são apenas um dos numerosos elementos do Itinerário e não devem ser confundidos com ele. As diferentes paisagens, que apresentam características específicas e distintivas segundo as diferentes zonas, regiões e distritos, contribuem para caracterizar os diferentes troços do conjunto do Itinerário enriquecendo-o com a sua diversidade.

4 A relação com a natureza é particularmente sensível em certos troços; noutros, é o ambiente urbano ou rural do meio que predomina; e nas zonas que possuem monumentos afastados doutras construções (como ermidas, mosteiros, fontes, pontes, símbolos comemorativos, etc.) é a relação entre estes e o meio paisagístico que forma o carácter desse troço de Itinerário Cultural

5 A protecção e a conservação dos Itinerários Culturais exigem um conhecimento aprofundado das características históricas, naturais e culturais do respectivo meio. As intervenções a realizar devem inscrever-se neste contexto respeitando as suas características definidoras e facilitar a sua leitura sem deformar a paisagem tradicional, quer seja natural, cultural ou mista.

6 É conveniente proceder à delimitação do meio envolvente do Itinerário Cultural, marcando claramente os limites de uma zona tampão, bem definida e regulamentada, que permita preservar, na sua autenticidade e integridade, os valores culturais, materiais e imateriais nele contidos. Esta protecção deve incluir os valores das diferentes paisagens que fazem parte do Itinerário Cultural e que lhe conferem um ambiente característico.

Indicadores específicos

Quanto aos indicadores fundamentais e diferenciados aplicáveis à categoria de Itinerário Cultural, deve ser considerada a estrutura da rede viária e o seu substrato material assim como a informação histórica da sua utilização ao serviço do Itinerário, a existência de manifestações culturais originais, partilhadas ao longo (ou em certos pontos) da via como as práticas, tradições, os usos e costumes partilhados de carácter religioso, ritual, linguístico, de festividade, culinário, etc, a influência recíproca em domínios como a música, a literatura, a arquitectura, as artes plásticas, o artesanato, a ciência, a técnica, a tecnologia, e outros bens materiais e imateriais cuja plena compreensão tenha uma relação com a função histórica do Itinerário.

Classificação dos Itinerários Culturais

Os Itinerários Culturais podem ser classificados da seguinte forma:

- . Tendo em conta a sua dimensão territorial: local, nacional, regional, continental ou intercontinental.
- . De acordo com a sua dimensão cultural: numa região cultural determinada ou ao longo de diversas zonas geográficas que partilharam ou que continuam a partilhar um processo de influências recíprocas na formação ou na evolução dos seus valores culturais.
- . Pelo seu objectivo ou função: social, económico, político ou cultural. Estas características podem ter uma natureza partilhada num contexto multidimensional.
- . Pela sua duração temporal: aqueles que já não são utilizados, ou os que continuam a desenvolver-se sob influências de trocas socio-económicas, políticas e culturais.
- . Quanto à sua configuração estrutural: linear, circular, cruciforme, radial, ou em rede.
- . Quanto ao seu enquadramento natural: terrestre, aquático, misto ou de uma outra natureza física.

Identificação, Autenticidade e Integridade

.Orientações Preliminares

Com vista à identificação e à valorização de um Itinerário Cultural, as indicações seguintes serão retidas como as orientações preliminares, ainda que não conclusivas:

- . Expressões de processos dinâmicos sociais, económicos, políticos e culturais que tenham favorecido a existência de trocas entre grupos culturais diversos tendo ligações entre si;
- . Características distintivas e partilhadas em diferentes zonas geográficas e culturais com relações históricas;
- . Manifestações de mobilidade e relações entre povos ou grupos étnicos de diferentes culturas;
- . Traços culturais específicos enraizados na vida tradicional de diferentes comunidades;
- . Bens patrimoniais e práticas culturais - tais como cerimónias, festivais e celebrações religiosas representativas de valores partilhados entre diferentes comunidades numa ou em várias regiões culturais e históricas - relacionados com o sentido e funcionalidade do próprio Itinerário.

.Identificação

No processo de identificação de um Itinerário Cultural, será necessário ter em conta a sua funcionalidade específica ao serviço de um fim concreto e determinado, os valores patrimoniais tangíveis e intangíveis gerados pela sua dinâmica enquanto resultado das influências culturais recíprocas, a sua configuração estrutural, o seu contexto geográfico e histórico, o seu meio natural e cultural, quer seja urbano ou rural, e os seus valores ambientais característicos, as suas relações com a paisagem, a sua duração temporal, e a sua dimensão simbólica e espiritual, o que contribuirá para identificar e explicar o seu significado.

Os conteúdos intangíveis de um Itinerário Cultural são fundamentais para compreender o seu sentido e os seus valores patrimoniais de carácter associativo. Portanto, os aspectos materiais devem ser considerados como estando sempre em relação com outros valores de natureza intangível.

Do ponto de vista comparativo, deve igualmente ter-se em conta a duração temporal e a importância histórica que compreendem esses diferentes troços relativamente ao conjunto do Itinerário.

No caso de um Itinerário Cultural vivo, devem manter-se as relações e as funções dinâmicas ao serviço do objectivo concreto e determinado que deu lugar à sua existência e que serve para o caracterizar e identificar, mesmo no caso em que os

processos que lhe deram origem sofreram uma evolução integrando novos componentes. Esses novos componentes deverão ser avaliados no quadro da sua relação funcional com o Itinerário Cultural, e é possível que bens que possuam um valor patrimonial em si, não possam ser considerados como componentes do Itinerário Cultural por não fazerem parte dele.

. Autenticidade

Todo o Itinerário Cultural deve responder aos critérios de autenticidade, que exprimem o seu valor de forma verídica e credível, no seu meio natural e construído, tanto nos seus elementos definidores, como nos seus componentes distintivos de ordem material e imaterial:

. Esses critérios devem ser aplicados para demonstrar a significação adquirida por cada troço em estudo em relação ao sentido global do Itinerário ao longo do seu desenvolvimento histórico, assim como verificar a autenticidade da sua configuração estrutural através dos vestígios materiais do seu traçado.

. A autenticidade deve também ser evidente no contexto natural e cultural de cada troço de Itinerário constituindo objecto de análise e de avaliação e nos outros elementos patrimoniais tangíveis e intangíveis inseridos no quadro da funcionalidade histórica do conjunto e do seu meio.

. Mesmo se alguns troços materiais do Itinerário Cultural não parecem claramente conservados, a sua existência nessas zonas pode ser evidente através da documentação historiográfica, das fontes e dos elementos imateriais conservados e sempre que sirvam para demonstrar o significado dos seus troços no sentido global do Itinerário e demonstrem a sua autenticidade.

. As técnicas e os métodos empregues para a protecção, a conservação e a gestão dos Itinerários Culturais, quer sejam tradicionais ou recentemente implementados, devem respeitar os critérios de autenticidade.

. Integridade

A constatação da integridade de um Itinerário Cultural deve basear-se necessariamente num conjunto de evidências e de elementos tangíveis e intangíveis que representem um testemunho suficientemente representativo do sentido global do Itinerário, permitindo uma representação completa das características e da importância dos processos históricos que o geraram, e transmitindo a totalidade dos valores do Itinerário e que contribuam para explicar o seu valor unitário como conjunto. É igualmente necessário observar se se mantém o testemunho das relações e das funções dinâmicas essenciais ao seu carácter distintivo, se o seu tecido físico e/ou as suas características significativas são conservadas em bom estado, e se o impacto dos processos de deterioração está controlado ou se o Itinerário sofre os eventuais efeitos negativos do desenvolvimento, do abandono e da negligência.

. Metodologia

O novo conceito de Itinerários Culturais exige uma nova metodologia na sua investigação, valorização, preservação, conservação, uso e gestão. Dada a sua natureza e envergadura e o seu valor de conjunto, assim como as suas dimensões territoriais, a metodologia pressupõe um sistema de actividades ligadas entre elas e geradas na sua integridade. É fundamental começar pela identificação global do Itinerário e seus diferentes troços e pela relação de um inventário de bens que ele engloba, acompanhada de um relatório preliminar sobre o seu estado de conservação e protecção que possa servir para a elaboração ulterior de um diagnóstico e a estabelecer um plano estratégico de salvaguarda e conservação. Este plano deve incluir necessariamente medidas direccionadas para a promoção do conhecimento do Itinerário e a sensibilização da sociedade e das instituições públicas. Devem existir também mecanismos que garantam a coordenação das acções e dos instrumentos legais específicos para a protecção, o seu bom uso e a gestão de todos os elementos como partes substantivas do valor e o sentido global do Itinerário.

1. Investigação

O estudo dos Itinerários Culturais pode abranger diversas áreas geográficas, que podem ser muito distantes entre si. Por isso, é conveniente organizar diversas equipas de investigação é necessária nos principais pontos característicos da rota.

A metodologia da investigação, assim como o desenvolvimento das medidas e a definição de indicadores para a identificação e estimativa dos valores de um Itinerário Cultural nos seus diferentes troços, não deverá perder de vista o seu valor de conjunto, evitando assim perder o sentido e o significado histórico do Itinerário.

As equipas de investigação que trabalhem sobre esta categoria patrimonial devem ser de natureza multidisciplinar e participativa. Devem ser fixadas regras comuns de trabalho, tendo como princípio partir da investigação das partes sem perder de vista a totalidade do projecto. Da mesma forma, deverão utilizar-se instrumentos metodológicos em comum, previamente normalizados, para a recolha dos dados. Devem existir mecanismos de coordenação que facilitem a comunicação e a cooperação dos diferentes investigadores afim de tornar possível a transmissão de informações sobre o andamento dos trabalhos de cada equipa.

Os investigadores devem estar conscientes de que o facto de existir uma diversidade de categorias de bens patrimoniais sobre o traçado de um Itinerário Cultural, não quer dizer que esses, em si, façam parte integrante deste último e devam ser objecto específico da sua pesquisa. Os únicos elementos que devemos destacar na investigação científica relativa a um Itinerário Cultural são os que estão ligados à sua finalidade específica e às influências surgidas da sua dinâmica funcional histórica.

2. Financiamento

Dado que a amplitude dos trabalhos necessários para a correcta identificação e valorização dos Itinerários Culturais de uma vasta extensão, o seu financiamento deve ser feito por etapas, o que permitirá obter um nível semelhante na progressão das investigações sobre os seus diferentes troços, bem como nos projectos relativos à sua conservação, utilização e gestão. Aconselha-se o estabelecimento de uma base estimativa conjunta dos valores a conservar permitindo a elaboração de uma escala de prioridades de acção e o estabelecimento de estratégias correspondentes. Tal exige o estabelecimento de mecanismos de financiamento através de acordos de cooperação bilateral ou multilateral, assim como a criação de organismos especificamente consagrados à sua investigação e valorização. Os organismos de integração regional cujas jurisdições coincidem total ou parcialmente com o traçado histórico de um Itinerário Cultural deveriam estudar também a forma de interessar os Estados implicados a fim de obter a sua colaboração. Deve-se procurar também a cooperação das instituições filantrópicas e de pessoas que possam contribuir para esse fim

3. Valorização-protecção-conservação

O Itinerário Cultural exige novos instrumentos de valorização, de protecção e de preservação. Não é suficiente assegurar só uma protecção dos seus componentes patrimoniais de forma parcial ou aleatória. É necessária a realização de inventários rigorosos desses elementos, bem como verificar a sua autenticidade e integridade, afim de poder identificar eventuais impactos negativos sobre os valores do Itinerário Cultural que constituiriam igualmente um impacto sobre o seu significado. É igualmente necessário controlar os processos de deterioração e criar uma estratégia contra os efeitos adversos do desenvolvimento e da negligência. Tudo isto exige o estabelecimento de um sistema coordenado de medidas legais e de instrumentos adequados que garantam a conservação e a valorização da sua estrutura integral e do seu sistema de valores autênticos no seu conjunto. É fundamental compreender os valores patrimoniais antes de realizar as intervenções susceptíveis de produzir impactos negativos sobre os Itinerários Culturais ou de alterar o seu significado.

4. Utilização durável-relação com a actividade turística

Ao longo da sua utilização, o Itinerário Cultural pode promover uma actividade de interesse social e económico de uma importância excepcional para o desenvolvimento equilibrado.

Deve-se prestar uma atenção especial no sentido de evitar a confusão conceptual entre rotas turísticas, mesmo as de interesse cultural e os Itinerários Culturais. No entanto é preciso reconhecer também que o Itinerário Cultural é uma realidade que pode ter uma grande importância para a coesão territorial e para o desenvolvimento durável. Deste ponto de vista, deve-se encorajar o conhecimento, assim como o bom uso durável dos Itinerários Culturais, adoptando medidas relativas à eliminação dos riscos e à preparação da visita turística. Para este fim, a protecção e a promoção do Itinerário Cultural devem integrar de forma harmoniosa uma infraestrutura suplementar – turística, viária, de informação, de interpretação e de

apresentação – com a condição essencial de não atentar contra a autenticidade, a integridade e o sentido dos valores históricos e culturais do Itinerário, como os elementos essenciais a transmitir aos visitantes.

A visita turística deverá ser administrada racionalmente de acordo com os estudos prévios de impacto ambiental, e de uma regulamentação de uso público e de participação social, bem como medidas de controle e de monitorização destinadas a evitar os impactos negativos do turismo.

A promoção turística de um Itinerário Cultural deverá assegurar em todos os casos a participação prioritária da população local e das empresas turísticas locais e regionais. Deve-se evitar que a sua exploração turística seja gerida exclusivamente por grandes empresas multinacionais ou de países desenvolvidos implicados no traçado histórico do Itinerário.

Tendo em conta que um Itinerário Cultural é um instrumento de cooperação e de compreensão que nos dá uma visão bastante completa sobre o encontro de culturas e de civilizações que estão representadas no seu seio, devemos considerar que, para além da importância relativa dos elementos que formam o conjunto, a promoção de projectos positivos de desenvolvimento em qualquer uma das suas partes contribui para aumentar o interesse no Itinerário e produz um efeito multiplicador sobre o resto.

5. Gestão

“Compreender o significado dos Itinerários culturais” é o princípio fundamental sobre o qual deve repousar a sua gestão. O que implica assegurar o desenvolvimento harmonioso de todas as actividades relacionadas com a sua investigação e valorização, assim como aquelas relativas à difusão pública do seu conhecimento. A gestão dos Itinerários Culturais exige igualmente uma coordenação transversal a fim de garantir a integridade das políticas no domínio da protecção, da preservação, do uso e da conservação, do ordenamento do território e do turismo. É portanto necessário elaborar projectos concertados que visem o desenvolvimento durável no plano nacional – no quadro local, departamental, provincial, etc. – ou internacional, assim como em planos específicos de gestão, adaptados à protecção contra os desastres naturais e todos os riscos susceptíveis de causar impactos negativos sobre a autenticidade e a integridade dos valores do Itinerário Cultural e logo sobre o seu significado.

6 .Participation Publique

A protecção, a preservação, a conservação, a promoção e a gestão dos Itinerários Culturais exigem a sensibilização e a participação dos habitantes das zonas compreendidas no Itinerário.

Cooperação internacional

Existem no mundo vários exemplos de Itinerários que, pelo o seu percurso histórico, implicam vários países. Por esta razão, a cooperação internacional é fundamental na investigação, valorização e conservação dos bens que formam os Itinerários Culturais Internacionais.

Quando existam Itinerários Culturais que envolvam países com diversos graus de desenvolvimento, é recomendável que os mais desenvolvidos forneçam meios de cooperação económica, técnica e logística e ajudem à troca de informação, de experiências e de profissionais.

Será desejável que a UNESCO e outros organismos internacionais estabeleçam mecanismos de cooperação (financeiros, técnicos e logísticos) para favorecer a implementação e o desenvolvimento posterior de projectos relativos aos Itinerários Culturais com interesse para mais do que um país.

Os Itinerários Culturais devem ser vistos como símbolos de união entre os povos. Os laços históricos materializados através dos Itinerários Culturais podem servir para promover projectos de cooperação que tenham como fundamento o encontro de povos que no seu passado partilharam determinados valores e conhecimentos.

ⁱ Nota : Uma Breve Apresentação do CIC-ICOMOS. O Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais do ICOMOS foi criado oficialmente em 1998 e os seus Estatutos foram adoptados de acordo com os Princípios de Eger. Os seus 65 membros provêm das diferentes regiões do mundo (53 membros votantes – representantes nacionais - e 12 associados). Durante os últimos seis anos o CIIC organizou e realizou oito seminários internacionais e conferências cujas conclusões e outros documentos de trabalho constam na página web do ICOMOS (www.icomos.org, na secção correspondente aos Comitês Científicos Internacionais).

No mesmo período, o CIIC conseguiu realizar varias publicações. Parte dos princípios doutrinários, aspectos conceptuais, estudos e projectos levados a cabo até hoje estão descritos na sua última publicação intitulada "El Patrimonio Intangible y otros aspectos de los Itinerários Culturales", editada em Espenha pela Região de Navarra em 2002.